

O senso comum e a construção da política pública educacional

Eveline Pasqualin Souza *

Vivemos em um tempo que as sombras do passado inter cruzam as do presente e se espelham num futuro. Dessa forma, não conseguimos demarcar as fronteiras entre uma ou outra. Isso é o que chamamos de crise paradigmática. Não estamos falando apenas do fim de um paradigma e do início de outro, mas sim da interposição de duas ou mais idéias. O paradigma da modernidade, por exemplo, vive uma grande crise assinalada principalmente pela evolução da ciência. Ele iniciou no século XVI com as idéias de Descartes e foi se desenvolvendo nos séculos seguintes sob o domínio das ciências naturais e da racionalidade científica (MARQUES, 1993; SANTOS, 2006). Atualmente, outros paradigmas se sobrepõem a ele (paradigma da pós e da neomodernidade), o que ocorre principalmente em função da evolução do conhecimento científico e tecnológico. Entretanto, a crise em questão nos apresenta uma nova fase: o final do ciclo hegemônico da ordem científica e da razão como reguladora e possuidora da verdade, pois nenhuma forma de conhecimento, seja ele científico ou não, é por si mesma racional (SANTOS, 2006).

O conhecimento científico para o paradigma emergente está embebido no diálogo de diversas formas de conhecimento, e por elas é penetrado. Ou seja, o conhecimento “verdadeiro” a união de diferentes formas de pensamento, inclusive do senso comum.

O senso comum é um tipo de conhecimento resultante da utilização espontânea da razão, provinda, também, dos nossos hábitos, sentidos, memória, imaginário, emoções, crenças e cultura (STENGER, 1990; SANTOS, 2006). Como explicação do mundo, o senso comum nos guia na busca do sentido da existência, ao mesmo tempo em que nos fornece condições de agir sobre ele. O senso comum foi marginalizado pela ciência moderna por não estabelecer um caráter formal e científico, considerando-o falso e superficial. Além disso, ele não é provido de razão pura, científica, não é complexo e muito menos quantificável, consequentemente cientificamente irrelevante para o paradigma moderno.

A ciência moderna é constituída por um tipo de causa formal que enfoca o “como funciona” o que se está conhecendo em detrimento do agente causador ou da finalidade das coisas. Por isso, o conhecimento científico moderno rompe com o senso comum. A ciência moderna é formulada partindo de leis, estabelecendo uma ordem, uma racionalidade e uma formalidade, cujos fenômenos que para serem considerados científicos, necessariamente devem acontecer em todos os lugares que forem testados e, caso isso não incida a lei é falha.

O padrão constituído pela racionalidade científica moderna, totalitária, exclui qualquer conhecimento que não siga seus princípios epistemológicos e regras metodológicas, não acreditando em evidências da experiência imediata, que são entendidas como vulgares e ilusórias. Dessa forma, a ciência moderna, além de distanciar a natureza do ser humano, confia na matemática e na lógica seus instrumentos ideais de análise, visando prever incidência futura dos fenômenos. Com isso, a compreensão mecanicista resultante desse processo proporcionou que a realidade fosse menos entendida e mais dominada.

Assim, observa-se a importância do conhecimento prático, do senso comum, que está presente no cotidiano de todas as pessoas independente do nível de escolaridade ou classe social. Ele

* Especialista em Gestão Educacional (UFSM) e bolsista da CAPES no curso de Mestrado em Educação nas Ciências da UNIJUÍ.

apresenta seu caráter significativo por se traduzir em um conhecimento prático, do dia-a-dia, que só quem convive com a realidade que está posta conhece.

Como exemplo, referente à importância deste tipo de conhecimento, podemos citar a elaboração de políticas públicas educacionais amparadas por um regime de democracia participativa, em que conhecer a realidade local é fundamental para se pensar em ações capazes de mudar o futuro. Por este fato, convocar a presença da comunidade escolar é chamar aliados preocupados com um futuro digno e justo, em função de se tratar do planejamento da vida de cada cidadão envolvido pela política que está sendo concebida.

Além disso, ninguém melhor do que os próprios cidadãos submersos no cotidiano em questão para saber as necessidades regionais e os problemas que devem ser combatidos. Assim, ao se estabelecer a participação dos agentes sociais para a construção das políticas, está subentendido que o conhecimento do senso comum servirá de propulsor para o processo de elaboração da mesma, desde que estabeleça um diálogo com o conhecimento científico da equipe técnica especializada.

Evidentemente que o senso comum está enraizado por concepções mistificadoras, mas, mesmo assim, tem uma dimensão libertadora e utópica que faz uso do diálogo entre os diferentes tipos de conhecimentos, principalmente o científico, para se chegar a uma idéia aceita pela maioria dos agentes participantes, pois ele é transparente e tem como fonte o princípio da igualdade.

O senso comum por si só acaba sendo conservador por não aceitar outros tipos de conhecimentos, mas se for amparado pelo conhecimento científico e estabelecer com ele um diálogo encontraremos a origem de um novo tipo de racionalidade. Dessa forma, o exposto anteriormente não foi comentado com a intenção de elevar o senso comum e sim, com o intuito de evidenciar que o senso comum e o conhecimento científico são dependentes e ambos são válidos quando caminham juntos. Neste caso podemos concordar com o fato da Ciência partir do senso comum, sendo que é justamente a crítica ao senso comum que permite que este seja corrigido ou substituído. Assim toda Ciência é senso comum esclarecido (POPPER apud HÜHNE, 1989)ⁱ.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- BOUFLEUER, José Pedro. Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas. 3 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.
- DESCARTES, René. Discurso do método. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- MARQUES, Mario Osório. Conhecimento e modernidade em reconstrução. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993.
- HÜHNE, L. Miranda. Metodologia científica. Rio de Janeiro, Ed. Agir, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.
- STENGER, I. Quem tem medo da ciência. Ciências e poderes. São Paulo, Siciliano, 1990.

ⁱ POPPER, Karl. **Conhecimento objetivo**, EDUSP, São Paulo, 1975.